



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00171

Brasília, 11 de novembro de 2015.

Objetivo da reunião: Reunião do Comitê Gestor do PJe JF
Horário e local: 10h00 - Conselho da Justiça Federal Sala 117
Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Alzira Lucia Guedes Fidelis	ANALISTA JUDICIARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Comitê Gestor	TRF 1ª Região
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - TRF1	TRF 1ª Região
Alexandre Marques Correa (alexandre.marques@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF 2ª Região
Desembargador Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor	TRF 3ª Região
Valdir Claro Jeronymo (vjeronym@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF 3ª Região
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Comissão Técnica de TI	TRF 3ª Região
Telma Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF 5ª Região
Valfrido Batista Santiago Junior (valfrido@trf5.jus.br)	Secretaria Judiciária	TRF 5ª Região

Pauta

1. Relato implantação nas regiões

1.1) Relato da 1ª Região - Relata dificuldades na remessa do 1º grau para o 2º grau. O problema ocorre quando os processos possuem apensos. Foram registradas reclamações de usuários no CNJ. TRF1 está sendo cobrado pelo CNJ por deficiências do sistema disponibilizado pelo próprio CNJ. Muitos processos estão retidos no 1º grau por causa de problemas na remessa. Segundo Dr. Marcelo, a versão 1.7.1.8 deverá resolver o problema no 1º grau e a versão 1.7.2 resolverá os do 2º grau. Relata bom funcionamento no primeiro grau, mas com momentos pontuais de lentidão. Aponta necessidade de acompanhar no CNJ a evolução do sistema diante das reclamações sobre o funcionamento na remessa de processos do 1º para o 2º grau; Dr. Marcelo sugere encontrar uma solução para que o TRF5 participe da Comissão de Gerenciamento de Mudanças para viabilizar a unificação do sistema. Cronograma cumprido e previsto, conforme anexo I. Sobre a versão 2.0 relata que deverá ter a mesma base de dados e aparência alterada para o usuário. Dr. Paulo informa que tratará o assunto da participação da 5ª Região com o o presidente daquele regional. Foi relatado também que o CNJ determinou a implantação do PJe no STF. 1.2) Relato da 2ª Região - Alexandre relata que continuam participando das comissões. O trabalho tem sido monitorar o andamento da implantação nos outros tribunais. 1.3) Relato da 3ª Região - Valdir relata que estão utilizando a versão 1.7.2, mas não tiveram problema com a remessa como relatado pela 1ª Região. Ressalta que o PJe é um projeto bem colaborativo em razão do apoio que tem recebido da 2ª e 5ª Região. Cronograma cumprido e previsto conforme anexo II. 1.4) Relato da 5ª Região - Relatou que na especialidade Cível o 1º grau está 100% inserido no PJe e no 2º grau esta porcentagem é de 70%; Informou que a 5ª Região facultou acesso ao CNJ das suas regras de negócio, pois possuem várias funcionalidades inexistentes na versão nacional e que, uma pretendida migração para a versão nacional estaria prejudicada para a Região em razão da perda de informações

2. Descentralização de recursos

O Ivan noticiou que o orçamento de 2015 foi de 8 milhões de reais, mas apenas 500 mil reais foram gastos (Informação prestada pela Seção de Programação Financeira da SPO/CJF em 19/10/2015 Anexo III) . Para 2016, o orçamento é de 1 milhão de reais, distribuídos para todos os tribunais. Sugeriu atualizar o orçamento deste ano para possibilitar uso do recurso de 2015 no 1º grau. Dr. Marcelo sugeriu levar em consideração o pagamento de instrutores, cujo processo tramita no CJF.(CJF-PPN-2015/00038).

3. Instrutoria para o PJe

Ivan relata a situação (parecer da SGP). O Des. Paulo intercederá junto à DG do CJF para que a questão apresentada sobre o tema no PJe seja respondida o mais breve possível de modo a permitir a utilização dos recursos orçamentários deste ano . Alexandre informa que o treinamento em serviço e instrutoria estão sendo questionados no Conselho. Magali informa que a demanda da instrutoria foi autuada no CJF-PPN-2015/00038 e está sendo tratado em apenso ao CJF-PPN-2013/00035.

4. Indicador de implantação do PJe

Diante da resposta prestada pela ASESP - IGI ao questionamento quanto aos atributos do indicador, conforme INFORMAÇÃO Nº CJF-INF-2015/00930, a SEG propõe calcular o total

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

de processos distribuídos X número de distribuídos no PJe. Os TRFs deverão indicar os quantitativos de processos por competência e por órgão julgador. A SEG irá elaborar planilha a ser encaminhada aos TRFs. Ivan propõe que haja duas dimensões para calcular o indicador de implantação do PJe: quantitativo de processos distribuídos e número de órgãos que implantaram.

5. Resolução 202/2012

Propostas apresentadas pela SEG para dar encaminhamento à alteração: 1. manter a resolução; 2. considerar as alterações que foram feitas até o momento; 3. alterar a resolução para adequá-la à Resolução CNJ 185/2013 em alguns pontos que se considere necessários.

6. Resolução 441/2005

Nova redação para a Resolução 441/2005, art. 9º. Proposta de alteração da minuta aprovada. O Dr. Marcelo sugere que a redação seja de acordo com o art. 5º da Resolução CNJ 185/2013 que prevê que a distribuição é automática, e que não vê necessidade da publicação prevista no art. 9º da Resolução CJF 441/2005. Proposta de alteração da minuta aprovada conforme transcrição: Art. 9º O sistema de distribuição é público e seus dados são acessíveis aos interessados. Retirada a parte final do caput.

7. Próxima reunião 17/11.

Sugerida realização presencial e a definição do horário depende disso.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
2.1	Questionar o CNJ quanto aos valores disponíveis e forma de repasse aos TRFs e 1º grau.	SEG-CJF (após receb. do planej. orçam 2016 dos TRFs.)	
2.2	Solicitar aos tribunais a atualização do planejamento e o detalhamento da execução dos valores relativos ao PJe	Ivan Gomes Bonifácio	13/11/2015
4.1	Elaborar planilha para coleta de dados a ser encaminhada aos TRFs levando em conta as duas dimensões para calcular o indicador de implantação do PJe: quantitativo de processos distribuídos e número de órgãos que implantaram.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	27/11/2015
5.1	Verificar a viabilidade da realização de reunião presencial para tratar do assunto.	SEG (Após elaboração do esboço de resolução)	
5.2	Esboçar a proposta inicial de estruturação da norma para envio aos tribunais e coleta de sugestões.	Edimilson Cavalcante de Oliveira	27/11/2015
6.1	Dar prosseguimento à instrução com a redação aprovada.	Magali Dantas	20/11/2015

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

Situação da Implantação do PJe na 1ª Região – Out 2015

PJe no 2º grau
Processos Distribuídos: 1787

PJe no 1º grau		
Seção/ Subseção Judiciária		Qtd Processos Distribuídos
JDF	BRASILIA	7318
JGO	GOIANIA	358
	LUZIANIA	32
	ANAPOLIS	51
	RIO VERDE	10
	APARECIDA DE GOIAS	14
	URUAÇU	9
	FORMOSA	19
	JATAÍ	5
	ITUMBIARA	11
		TOTAL
JMA	SÃO LUIZ	30
	IMPERATRIZ	1
	BALSAS	1
		TOTAL
JRR	RORAIMA	10
JTO	PALMAS	44
	ARAGAINA	10
	GURUPI	2
		TOTAL
	TOTAL GERAL	7935

Coloco-me a disposição para quaisquer outros esclarecimentos relacionados ao PJe - JF1.

Atenciosamente,

Mônica Regina Ferreira Rodrigues (TR114303)

Supervisora da Seção de Gerencia de Projetos e Sistemas – SEGIS/ DIPS/ COSIS
Gerente substituta do Projeto PJe - JF1



Diário Eletrônico nº 183
Disponibilização: 02/10/2015

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

RESOLUÇÃO Nº 445, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Altera a Resolução PRES nº 394/2014, que dispõe sobre a implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico-PJe.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar e dar continuidade às etapas de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, disciplinadas nas Resoluções nº 394, de 2 de julho de 2014, e nº 441, de 9 de setembro de 2015, ambas da Presidência;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI nº 0011318-26.2014.4.03.8000,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar os artigos 12 e 13, ambos da Resolução nº 394, de 2 de julho de 2014, da Presidência, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Sugestões, críticas e reclamações poderão ser encaminhadas ao e-mail dpje@trf3.jus.br.

Art. 13. Estabelecer o cronograma de implantação do PJe, nos termos do Anexo I desta Resolução.

§ 1º As próximas etapas de implantação serão acrescidas ao cronograma pela SETI e AGES, observada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para a devida comunicação aos usuários interessados.

§ 2º O cronograma, e suas atualizações, será disponibilizado, pela área do PJe, na respectiva página da internet da Justiça Federal da 3ª Região.

§ 3º O acesso ao Sistema, a prática de atos processuais em geral e o envio de petições e recursos por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura digital (ICP-Brasil), sendo obrigatório o credenciamento prévio."

Art. 2º Incluir o Anexo I à Resolução PRES nº 394/2014, conforme segue:

A N E X O I

I - DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

DATA	ABRANGÊNCIA	MATÉRIA
21/08/2015	1ª e 3ª Varas Federais da Subseção de São Bernardo do Campo	mandado de segurança

DATA	ABRANGÊNCIA	MATÉRIA
21/08/2015	Todas as Turmas da 1ª Seção, 1ª Seção, Presidência e Vice-Presidência do TRF3R	recursos subsequentes
1º/09/2015	1ª e 3ª Varas federais da Subseção de São Bernardo do Campo	ações monitórias e execuções extrajudiciais
21/09/2015	1ª e 3ª Varas Federais da Subseção de São Bernardo do Campo	todas as ações de competência da 1ª Seção do TRF3R, exceto criminais e execuções fiscais
29/09/2015	Todas as Turmas da 1ª Seção, 1ª Seção, Presidência e Vice-Presidência do TRF3R	mandado de segurança originário
26/10/2015	Todas as Turmas da 3ª Seção do TRF3R	recursos subsequentes e mandado de segurança originário
26/10/2015	1ª e 3ª Varas Federais da Subseção de São Bernardo do Campo	todas as ações de competência da 3ª Seção do TRF3R, exceto criminais e execuções fiscais
03/11/2015	Subseção Judiciária de Sorocaba	todas as ações de competência da 1ª e 3ª Seções do TRF3R, exceto criminais e execuções fiscais
23/11/2015	Subseções Judiciárias de Barueri e Osasco	todas as ações de competência da 1ª e 3ª Seções do TRF3R, exceto criminais e execuções fiscais
11/12/2015	Subseção Judiciária de Santos	todas as ações de competência da 1ª e 3ª Seções do TRF3R, exceto criminais e execuções fiscais

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 441, de 9 de setembro de 2015, da Presidência.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Prieto de Souza, Desembargador Federal Presidente**, em 30/09/2015, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1361808** e o código CRC **A2A95813**.

Execução PJE

Jaqueline Rollo Gregório

seg 19/10/2015 18:29

Para:SUMOG <sumog@cjf.jus.br>;

Cc:SUPRO <supro@cjf.jus.br>;

Prezado Edimilson,

Conforme solicitado por telefone, informo abaixo a execução, até a presente data, da Ação Orçamentária Desenvolvimento e Implantação do Sistema Judicial Eletrônico na Justiça Federal – PJE

REGIÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EXECUÇÃO
1ª Região	1.625.901,00	482.048,66
3ª Região	259.748,00	42.184,53
5ª Região	240.000,00	0,00
TOTAL	2.125.649,00	524.233,19

Atenciosamente,



Jaqueline Rôllo Gregório

Secretaria de Planejamento , Orçamento e
Finanças

Seção Programação Financeira

+55 61 [3022-7152](tel:3022-7152)

Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho III - Polo 8 - Lote 9 - Brasília/DF. CEP: 70200-003

